

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Última Hora Class.: 61
Data 25/09/84 Pg.: _____

Mineração na reserva não vai durar muito

Para Jurandy, portaria será revogada

Mesmo que se confirme a atual tendência de regulamentação do Decreto 88.985, que permite a atividade de mineração em terras indígenas por empresas particulares, a medida será revogada pelo próximo Governo. Esse ponto de vista foi defendido, ontem, pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Fonseca, ao considerar que o atual presidente do órgão, Néilson Marabuto, assumiu o cargo com um "compromisso moral" de assinar a portaria que regulamenta o decreto.

As pressões do Ministério das Minas e Energia e do Ministério do Interior para que a portaria seja assinada o mais rápido possível, segundo ele, são intensa. É que o subsolo das reservas indígenas está sendo cobiçado por mais de duzentas empresas de mineração, que já encaminharam ao Ministério das Minas e Energia e à Funai pedidos de autorização para explorar jazidas em território indígena.

Entre essas empresas, salientou Jurandy, está a Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção, a mais poderosa das que pretendem se beneficiar com o decreto presidencial. Essa empresa, denunciou o ex-presidente da Funai, já ocupa terras dos índios Vaimiri-Atroari, no Amazonas, "com a conivência da própria Funai e do Ministério do Interior".

A mineração em solo indígena, reforçou Jurandy Fonseca, representa o início da extermínio de várias tribos. É que as jazidas mais ricas estão implantadas em áreas de índios arredios, onde o contato com o branco ainda é incipiente. As regiões mais cobiçadas são as reservas dos índios Yanonami, dos Caiapós e dos Vaimiri-Atroari.

"Demissão não tem vinculação política"

Jurandy confirmou sua simpatia pela candidatura Maluf e descartou qualquer vinculação entre sua opção política com sua demissão da presidência da Funai. "Na verdade, a indicação para o cargo foi feita pelos participantes do II Congresso das Nações Indígenas" afirmou, alegando que entre ele e a equipe do ministro, Andréazza nunca houve qualquer vinculação.

Ao negar a portaria preferiu "ficar com a confiança das comunidades indígenas que há muito perderam a confiança no ministro Andréazza", disse, em resposta à afirmativa do ministro, que alegou ter perdido a confiança em Jurandy Fonseca para afastá-lo da função.

Tendo as comunidades indígenas como fontes de informação para definir sua linha de atuação, Jurandy considerou que ceder às pressões do Ministério do Interior seria trair os interesses de todas as lideranças e entidades indígenas, que se posicionaram contrárias à mineração. Essa atividade, segundo ele, permite como desdobramento a invasão das terras, construção de fazendas, e, por fim, o desenvolvimento da pecuária em reservas da Funai.

O atual presidente da Funai, que na reunião

Os mineradores têm ainda interesse por toda a região norte do Mato Grosso, onde está a reserva dos Nhambiquaras – os mais primitivos do País – e ainda por áreas nos estados do Acre e Rondônia. Para que todas essas reservas sejam ocupadas por brancos, lembrou Fonseca, basta a assinatura da portaria, pelo presidente da Funai, regulamentando a mineração.

Sua demissão do cargo de presidente da Funai, aconteceu dias após ter se recusado a assinar a portaria. O documento que lhe foi apresentado, segundo revelou, foi redigido no Ministério do Interior, em papel com timbre da Funai, no início de agosto. Após esse episódio o ex-presidente tomou a iniciativa de reunir lideranças indígenas e entidades de apoio à causa indigenista para discutir o assunto.

Dessa reunião, realizada no dia 27, saiu um relatório condenando a exploração de lavra de minérios na área de reserva, tendo o documento sido levado ao Ministério do Interior, pelo próprio Jurandy, uma semana antes do seu afastamento do cargo. Ao tomar a posição de não assinar a portaria, seu cargo foi colocado à disposição do ministro Mário Andréazza.

Além dos problemas com as empresas mineradoras, a Funai também sofre pressões de fazendeiros do Mato Grosso, interessados na construção da Transaraguaia, uma rodovia cujo traçado corta ao meio a ilha do Bananal, onde está a reserva dos índios Karajás. A rodovia, segundo Jurandy, só não é concluída em função da resistência dos índios, que estão impedindo que as máquinas cortem a ilha.

do dia 27 defendeu a mineração, foi colocado no cargo em meio a uma crise que exige uma resposta para o problema da mineração. Tendo um compromisso com o Ministério do Interior, raciocina Jurandy, a tendência é que ele assiné a portaria que regulamente a atividade.

Caso se confirme essa previsão, a portaria será revogada pelo próximo governo, ganhe Tancredo ou Maluf no Colégio Eleitoral, assegura Jurandy. Tancredo, segundo ele, se voltará para a proteção dos índios. Em Minas Gerais ele deu um exemplo ao criar uma comissão especial para defendê-los. Ele anunciara ser contra o decreto ao receber lideranças indígenas e prometeu, ao ser aclamado candidato a presidente, defender os interesses das minorias étnicas.

Paulo Maluf, com quem simpatiza, ao abordar o problema da mineração em solo indígena, lembrou que o Brasil é rico em minérios noutras terras e que as reservas devem ser preservadas. Além disso, salientou Jurandy, ao discursar na convenção que o escolheu candidato "ele garantiu a demarcação das reservas, o que assegura a sobrevivência dos índios".